

Resenha

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e Conflitos: Aspectos da Administração Colonial.**

RESENHADO POR VIRGÍNIA MARIA ALMOÊDO DE ASSIS*

A atual conjuntura político/administrativa vivenciada pela sociedade brasileira, nos parece oferecer momento bastante propício à reflexão da forma que se privilegiou para organizar administrativamente o Brasil.

Tal reflexão, remete necessariamente a busca da gênese de tão complexa problemática, haja vista sermos em termos jurídicos um Estado derivado, pela feição colonial imprimida por Portugal ao Brasil ao longo do nosso processo histórico de formação. A compreensão dos fatos que contribuíram à formação das estruturas em que os mais recentes se desenrolam, faz-se essencial à percepção da realidade brasileira, tal qual ela hoje se nos apresenta.

É justamente essa possibilidade de apreensão e análise da sociedade brasileira e em específico da pernambucana, em seus moldes coloniais, e as próprias relações políticas, por vezes bastante conflituosas, mantidas pela então capitania de Pernambuco, ainda particular, com as autoridades metropolitanas e àquelas localizadas em Salvador por conta do governo geral, que nos oferece a obra da professora Vera Lúcia Acioli.

Propondo-se a estudar “os conflitos de jurisdição que se verificaram entre os governadores da capitania de Pernambuco e os do Estado do Brasil”, a autora recupera um período da nossa história quase que completamente ausente nos manuais e livros de História do Brasil, que compreende os anos de 1654 a 1710, portanto, entre a Restauração e a guerra dos Mascates.

A professora desvenda de forma sistemática e crítica, sem que se perca o sabor literário da narrativa, toda uma trama de ações em que se envolvem personagens famosos da nossa “açucarocracia”, como André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Francisco de Brito Freire entre outros, sem cultos a personalidades e, sem descurar do contexto político e econômico que compunham o cenário europeu e o colonial brasileiro à época.

Fundamentada quase que exclusivamente em fontes primárias, o ineditismo das suas conclusões contribuem ainda mais para o fascínio e importância historiográfica da obra. Sobre sua pesquisa, escreve a professora Vera:

“Por se tratar de assunto pouco estudado, a pesquisa fundamentou-se sobretudo em fontes primárias, documentos manuscritos de arquivos europeus que se encontram microfilmados na Divisão de Pesquisa Histórica, do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. É de se lamentar a perda dos livros de atas da câmara de Olinda referentes ao período e que, por certo, traria maiores subsídios sobre a questão levantada e teriam poupado anos de pesquisa à procura de dados nas mais variadas fontes.”

Estruturado de forma a compor paulatinamente um amplo quadro da situação colonial na sua faceta político/ administrativa, a parte inicial do livro é dedicada ao estudo do modelo de organização administrativa adotado para a América portuguesa, estreitamente vinculado à posse da terra e, dos primeiros conflitos de jurisdição entre os donatários e os governadores gerais do Brasil no início da colonização.

A seguir, o estudo dá conta da desorganização econômica e social da capitania de Pernambuco após a guerra contra os holandeses, do prestígio dos restauradores e, das atitudes administrativas da Coroa portuguesa frente a nova realidade política que se configura na sociedade pernambucana do pós guerra, denunciando a intrincada relação entre o político, o econômico, o mental e o social, sempre presente quando se trata de História, como assinala a autora.

No seu terceiro capítulo, a obra trata propriamente dos conflitos de jurisdição que tiveram início no governo de André Vidal de Negreiros em Pernambuco, no ano de 1657 e que perduram no de seus sucessores. Conflitos que apenas cessam quando da anexação gradual a Pernambuco, das capitânicas de Itamaracá (incorporada politicamente ao território pernambucano), Paraíba, Rio Grande e Ceará.

Por fim, o foco das análises centra-se no apoio político que a Coroa repassa dos nobres proprietários de terra, os produtores de açúcar, para aqueles que comercializavam o produto, atividade em que a Coroa portuguesa naquele momento, auferia maiores lucros. Demos voz a autora de *Jurisdição e Conflitos*:

“Enquanto o açúcar exercia papel de destaque na economia metropolitana, ela (a Coroa portuguesa) defendeu os privilégios dos senhores de engenho, quando os comerciantes se firmaram como classe mais forte, ela passou a apoiá-los e introduzi-los na vida política da colônia.”

Assim, podemos afirmar diante desta sumária análise do livro *Jurisdição e Conflitos*, publicado pela Imprensa Universitária – UFPE., de autoria da professora Vera Lúcia Costa Acioli - de quem tivemos a honra de sermos

VIRGÍNIA MARIA ALMOÊDO DE ASSIS

aluna -, que trata-se de uma obra de singular importância para a historiografia brasileira do período colonial, referência obrigatória a quem pretenda trabalhar, escrevendo ou ensinando, sobre história de Pernambuco.

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.